



Algumas contribuições da obra “O alienista” para os estudos sobre memória social

Sanne Vieira Barbosa Leite

Psicóloga; pós-graduada em Psicanálise Clínica pela UNESA; pós-graduanda em Literatura, Memória Cultural e Sociedade pelo IF Fluminense *campus* Campos - Centro; cursando MBA em Gestão de Pessoas pela FGV
sannevieira@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como proposta contribuir para os estudos sobre memória social, a partir da obra literária de Machado de Assis, *O Alienista*. É feita uma breve apresentação do texto machadiano e, apontando-se características da sociedade da época, demonstra-se de que forma a nobreza influenciou a cultura dos habitantes da vila. Buscamos trabalhar os costumes e cultura da época passando, por meio de pesquisa bibliográfica, por conceitos da psicologia social, teoria literária e saúde mental. O artigo visa demonstrar como os textos literários, apesar de não terem, necessariamente, compromisso com a realidade, podem auxiliar nos estudos de memória social.

Palavras-chave: Memória social. Alienista. Loucura. Literatura. Machado de Assis.

1 Introdução

Tendo como referência a obra do escritor Joaquim Maria Machado de Assis, *O alienista* (1882), o objetivo deste trabalho é compreender, tendo como base o texto literário, aspectos da memória social, também compreendida como memória coletiva.

Num primeiro momento é feita uma breve consideração sobre o tema da obra *O alienista*, que conta a história de uma pequena vila na qual, pela primeira vez, é inaugurado um hospital psiquiátrico, focando na memória coletiva e trazendo conceitos concernentes ao tema. São apontadas, num segundo momento, algumas características da cultura da época, que são descritas no texto machadiano. No final do artigo é feita uma abordagem acerca das relações de poder existentes no Período Colonial.

O presente trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica - que conforme Odília Fachin (2001) é ler, selecionar, fichar, organizar e arquivar os textos para a pesquisa -, empregando-

se conceitos da psicologia social, saúde mental e dos estudos literários. Dentre os autores, destacam-se além de Machado de Assis, Ecléa Bosi, Jurandir Costa e Adriana Facina.

Domício Proença Filho (1997) aponta que “o texto literário veicula uma forma específica de comunicação que evidencia um uso especial do *discurso*, colocado a serviço da criação artística reveladora” (p.28, grifo do autor).

Com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão a respeito de como os textos literários podem oferecer subsídios para os estudos sobre memória social, este artigo lança mão de uma grande obra da literatura brasileira para buscar alcançar tal objetivo. Sugerimos uma leitura prévia do texto de Machado, que se trata de um conto, mas com características de romance, visto a riqueza de detalhes e número de personagens, que dão suporte ao objetivo deste trabalho.

2 A Fundação da Casa Verde

O hospício é construído para controlar e reprimir os trabalhadores que perderam a capacidade de responder aos interesses capitalistas de produção.

(Franco Basaglia)

Nesta primeira parte faremos uma breve abordagem sobre o tema da obra *O alienista* (1882), de Machado de Assis, que retrata a história dos moradores de uma pequena vila, que pela primeira vez conta com uma “casa para alienados”, focando em aspectos da memória coletiva, que também pode ser entendida como memória social. Para isto, vamos apontar alguns conceitos fundamentais do campo.

Ecléa Bosi (2003) afirma que a cultura pode ser “lida” nos textos literários, mas não se pode considerá-los documentos sobre a mesma, pois são escritos de ficção, o que dá ao autor o consentimento para criar e inventar, não estando, necessariamente, comprometido com a realidade dos fatos. Por isto, o entendimento de um fato histórico é mais confiável se recorrermos a documentos ou estudos históricos. Todavia, a obra literária é fruto de seu tempo e do espaço no qual está inserida, assim como o autor, como aponta Adriana Facina (2004), e frente a este fato, não se pode negar que nela encontram-se aspectos da cultura.

Foi possível observar que Machado traça um diálogo direto com o leitor, remetendo-se a este em diversas passagens, provocando-o, instigando-o a refletir. Proença Filho (1997) mostra que o fenômeno literário engloba o autor, o texto e o leitor.

Machado de Assis, na obra *O alienista*, conta a história da “Casa Verde”, uma casa para insanos, alienados, - nas palavras do autor - fundada na vila de Itaguaí pelo Dr. Simão Bacamarte, “filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas” (p.11). Tendo estudado em Coimbra e Pádua e voltado para o Brasil por desejo seu, Simão era o homem mais importante da cidade, considerado pelo vice-rei e pela nobreza. A “Casa Verde” foi construída na Rua Nova, a mais bela rua da cidade, para receber os “hóspedes”. Era a primeira vez que a vila tinha uma casa de janelas verdes e que conhecia um manicômio.

O autor afirma que a história que narrava havia acontecido em tempos remotos e estava documentado em crônicas da época. Como se trata de um outro período, pode-se considerar que a memória tem um importante papel. As crônicas, nos séculos XVIII e XIX, eram escritas sobre algum assunto cotidiano – por isto o vocábulo crônica (do grego *Kronos*, tempo). Consideradas, de acordo com Bosi (*op. cit.*), como textos de gênero menor, não tinham a conotação que adquiriram nos anos de 1970 e possuem até hoje.

David Myers (1999) afirma que a memória é o arquivo da mente, o depósito da aprendizagem acumulada. É a indicação de que a aprendizagem persistiu ao longo do tempo. A memória é “nossa capacidade de arquivar e recuperar informações” (p.190). Myers e Ingedore Koch (2003) concordam que a memória opera em três momentos: estocagem ou codificação; retenção ou arquivamento e reativação ou recuperação das informações.

Para Bosi (*op. cit.*), a memória social é constituída pelas memórias individuais, assim como a memória psicológica de cada sujeito inserido em determinada sociedade forma a memória coletiva, a social.

Como o alienista era o único a estudar o psíquico no Brasil, encantado pela patologia cerebral, alcançou grande respaldo. O médico “entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência” (MACHADO DE ASSIS, 1882, p.11). Em nome da ciência, da pesquisa e da experimentação, Simão Bacamarte submetia quase toda a população de Itaguaí à internação. O livro mostra o poder do paradigma cientificista, que se estabelece ao longo do século XIX, orientando a busca do conhecimento científico pelos princípios, pelos métodos e pelos esquemas de análise das ciências da natureza, enfatizando o fato, a experiência e a medida (THOMAS KUHN, 1989).

Antes, cada “*louco furioso*”, conta Machado, era trancado em sua casa e *descurado* até a morte. Os *mansos* andavam à solta. Simão quis “reformatar tão ruim costume” e pediu à câmara – que lhe pagaria pelo doente, caso a família não o pudesse – para os agasalhar e tratar no edifício que ia construir para os loucos (p. 13). A proposta encontrou grande resistência,

mas, ainda assim, vinham mansos, furiosos, todo o tipo. “Difícilmente se desarraigam hábitos absurdos, ou ainda maus”, rebatia Simão Bacamarte (p. 13). Para aquela população, colocar os loucos na mesma casa parecia sintoma de demência. Porém, em pouco tempo, de todos os lugares vinham psicóticos, chegando a ter quase todos os moradores da cidade internados na “Casa Verde” – inclusive importantes personagens da cidade. Qualquer transgressão à norma se fazia motivo, até culminar, no desfecho da obra, na alta dada pelo alienista a todos os internos e na sua própria internação na “Casa Verde”.

O texto conta que o comportamento das “namoradeiras” era tido como um vício e estas moças eram levadas para a “Casa Verde”. Jurandir Costa (1999) pontua que, segundo cronistas e historiadores da época – como Thomas Ewbank –, no Brasil Colônia, as filhas que, por questões amorosas, desobedeciam aos pais eram enclausuradas nas Casas de Recolhimento, algumas vindo a enlouquecer.

Para Bosi (2003), a alienação é a grande embotadora da cognição, do conhecimento do outro, da observação do mundo. O livro mostra como Simão Bacamarte, respaldado pela ciência e pelo poder da nobreza, priva aqueles sujeitos, não só de sua liberdade, mas de observar e conhecer o mundo, de ter acesso aos acontecimentos e às pessoas.

3 Hábitos e cultura geral

Sois todos muito sábios, uma vez que, a meu ver, loucura é o mesmo que sabedoria.

(Erasmus de Rotterdam)

Também, por meio de *O alienista*, podemos notar diversas características da cultura da época, que aponta para o que fazia parte da memória coletiva daquela sociedade.

Antes da criação dos manicômios, os loucos das classes populares andavam pelas ruas e campos livremente, enquanto os abastados eram cuidados por auxiliares especializados, e mantidos em suas próprias casas. Anteriormente ao capitalismo não havia separação entre aquele sujeito considerado louco e o sadio (SILVÉRIO TUNDIS; NILSON COSTA, 2001). O texto mostra que Simão queria demarcar os limites entre a razão e a loucura: a razão é o equilíbrio das faculdades – pensamento atribuído a René Descartes (1637).

É possível, a partir da obra, concluir que os meios de comunicação da época não dispunham “de imprensa, tinha dois modos de divulgar uma notícia; ou por meio de cartazes

manuscritos e pregados na porta da câmara e da matriz; - ou por meio de matraca” (MACHADO DE ASSIS, *ibid*, p.27). Um homem andava com uma matraca na mão, reunia as pessoas e anunciava, por exemplo, “um remédio para sezões, umas terras lavradas, um soneto, um donativo eclesiástico, a melhor tesoura da vila, o mais belo discurso do ano, etc.” (p. 27). Apesar de soar inconveniente, funcionava e era confiável. Também a notícia corria rapidamente de “boca em boca”.

Viajar era um hábito dos abastados, era sinal de posição social. As mulheres respeitáveis não viajavam sozinhas: uma comitiva as acompanhava. Cada viagem era um “acontecimento”. Outro fato comum era que os nobres compravam móveis importados, raros, o que se pode confirmar em uma visita a museus que outrora foram antigas casas da nobreza, nas quais os móveis e utensílios eram importados da Europa, modelo de luxo e sinal de status.

A esposa “não ousava fazer-lhe nenhuma queixa ou reproche, porque respeitava nele seu marido e senhor” (p.21). Este trecho mostra como os costumes da época apontavam para reverência e obediência da mulher com relação ao marido.

No que concerne às relações com as crianças, pode-se tomar um episódio relatado, no qual uma criança contou sobre a revolta e D. Evarista, a esposa do alienista, não lhe deu ouvidos, pois crianças não deveriam opinar, não tinham crédito. Em todo o texto, apenas uma vez é feita referência a elas, o que era comum ao pensamento da época, pois não existia ainda o conceito que se tem atualmente de infância, direitos da criança, já que eram vistas como um pequeno adulto, segundo Costa (1999).

Pensando em termos saussurianos (SAUSSURE, 1995), “loucura”, de acordo com a memória social que adquirimos, remonta à ideia de alienação, falta de juízo, insensatez, excentricidade, etc., mas no texto de Machado, este significante (loucura) assume outro significado ao final do texto, passando a expressar exatamente o contrário. O louco, merecedor de interação na “Casa Verde”, passa a ser visto como aquele sujeito modesto, tolerante, centrado, verídico, leal, sincero. Machado faz uma crítica bem humorada à política da época, quando o alienista coloca na cadeia os nobres que procediam com escrúpulo, os simplices, leais, sinceros, dentre eles, um vereador, um Juiz de fora.

A “Casa Verde” é descrita como a “Bastilha da razão humana” (p.42). Neste trecho é feita uma alusão à Bastilha, que foi transformada em prisão e tornou-se símbolo da tirania e opressão monárquica, sendo tomada pelo povo em 1789. No texto, fala-se que a citada “Revolta dos Canjicas” “era a vertigem das grandes crises” (p. 47). A personagem João Pina, ao assumir o governo, disse que Porfírio - líder dos Canjicas - era “um intruso uivado das más doutrinas francesas e contrário aos sacrossantos interesses de Sua Majestade” (p. 57).

Durante o texto, Machado faz várias referências ao poder que a nobreza exercia sobre a população e sobre a política e economia da colônia.

4 O poder nas mãos da nobreza

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz 'não', mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

(Michel Foucault)

No ano de 1882 (ano de publicação de *O alienista*), o Brasil ainda era Colônia de Portugal, já que a proclamação da República ocorreu apenas em 1889. Algumas passagens do livro mostram como a nobreza exercia influência sobre toda a Colônia. Os vereadores trabalhavam a serviço de Sua Majestade, o rei era quem nomeava os cargos, tudo era feito em seu nome.

Segundo Costa (1999), no século XIX, instâncias como a Igreja, o Senado da Câmara e o Governo procuravam manipular a justiça em seu benefício, fatos bastante narrados no livro. “Muitos criminosos eram abertamente protegidos pelo clero ou por famílias importantes” (p. 21). No caso do texto machadiano, não há referência a criminosos, mas a supostos loucos, não sendo recolhidos à “Casa Verde” aqueles pertencentes à nobreza – inicialmente, pois no desenvolver da história, até mesmo estes eram internados.

Machado mostra como a cultura, os costumes da nobreza diferem dos das pessoas comuns. Facina (2004) pontua que, por meio da linguagem, o escritor se apropria do mundo e inventa sua própria realidade. O autor revela-se engajado nos assuntos concernentes ao seu tempo, não atua meramente na forma que Facina (*ibid*) chama de “arte pela arte”.

O barbeiro, líder da Revolta dos Canjicas – movimento contra os abusos do alienista –, passou a desejar o poder, tinha um intuito por trás das manifestações. Na obra é afirmado que se ele perdesse a revolta, iria para a prisão, forca ou degredo. De acordo com Costa (op. cit.), a partir da segunda metade do séc. XVIII, começaram a haver tentativas de se restabelecer a ordem colonial perdida. As tentativas de controle eram orientadas pela concepção colonial do que era ordem, lei justiça, transgressão e punição.

Machado de Assis não dá referências explícitas sobre a que época os acontecimentos narrados remetiam, mas se pode inferir, sabendo-se que sua obra data de 1882. Os fatos

relatados, que se referem à preocupação com a manutenção da ordem, são parte da memória coletiva. A truculência característica da polícia da época é mostrada no episódio da Revolta – embora os “dragões” tenham se convertido ao lado dos manifestantes.

As pessoas levavam o chapéu ao chão quando os nobres passavam, como é descrito na passagem sobre o Costa, herdeiro do rei. O povo estava de um lado e os nobres, poderosos, capitão e vereadores, do outro. Até mesmo os delírios – pensamentos que não são compartilhados pelo coletivo – de grandeza de alguns personagens citados na obra são referentes à nobreza. Bosi (2003) pontua que, em relação às representações coletivas, a classe dominante deixou suas marcas. Dentre os delírios, os “alienados” apresentavam-se como Condes, Mordomo do Rei, aquele que distribuía boiadas, ou seja, as representações passaram a ser as da nobreza.

A intolerância com relação aos diferentes (loucos, mulheres “namoradeiras”, mendigos, revoltados, homossexuais, etc.) levava à segregação. A sociedade, a nobreza, não permitiam que os divergentes, aqueles que fugiam à norma, circulassem nas ruas livremente, por isso era hábito colocá-los em instituições asilares, como se pode observar no livro.

O discurso acadêmico também era sinal de status e era reconhecido pela fala rebuscada, uso de vocábulos gregos, latinos, pela leitura de escritores latinos antigos. Machado (1882) ironiza tal costume, chamando-o de uma cultura de superfície que impressiona pela leitura de clássicos. “O sábio se refugia nos livros dos antigos e neles só aprende frias abstrações. O louco, ao enfrentar a realidade e os perigos, adquire, a meu ver, o verdadeiro bom senso” (ERASMO DE ROTTERDAM, 1509, p. 41). Jean Foucambert (1994) demonstra que há uma desigualdade com relação ao acesso à informação escrita, que é um desafio democrático em todos os níveis.

O médico era visto como um sábio, as pessoas tinham medo de falar nas ruas sobre o que pensavam a respeito dos atos do alienista, isto era dito apenas em suas casas. Chamavam-lhe até mesmo de tirano, déspota, afirmando que o alienado era o alienista. O saber médico era inquestionável e, atualmente, este fato não sofreu grandes transformações. Michel Foucault (1988) denuncia o poder médico e a medicalização da vida e da cultura em geral. Para Manoel Teixeira (2000), a ascensão da classe médica e de suas propostas esteve limitada pela afirmação e sustentação de um poder central monárquico, que tinha a instituição religiosa como importante aliada.

Desta forma, vimos que, para Bosi (op. cit.), há uma memória coletiva, que produzida no interior de uma classe, se sustenta a partir de imagens, sentimentos, idéias e valores que dão identidade e permanência àquela classe. O texto de Machado de Assis permite que estas

relações entre a nobreza e as pessoas comuns sejam observadas e melhor compreendidas, podendo-se afirmar que os textos literários podem contribuir para os estudos culturais e os de memória social.

5 Considerações finais

No Brasil, o primeiro destes hospitais foi o Hospício Pedro II, criado por decreto imperial em 1841 e inaugurado em 1852, explicitamente inspirado no modelo francês. Aqui, como na França, a psiquiatria emerge por intermédio da instituição asilar, o que fica claro no livro.

Cumprindo ainda ressaltar que, na criação e inauguração do Hospício Pedro II, a “ciência psiquiátrica” brasileira ainda não se constituía como tal. Em nome da ciência, o alienista Simão Bacamarte internou, segregando da sociedade e submetendo seus internos a diversos experimentos, separando-os por tipos, classes de “enfermidades”. Ainda nos dias de hoje, Instituições Psiquiátricas continuam a realizar práticas violentas, abusos sexuais, desaparecimentos, privação da liberdade e da socialização, o que também ocorre em muitas sociedades do primeiro mundo e é utilizado, há anos, abusivamente no Brasil, como denuncia Austregésilo Carrano Bueno, integrante do Movimento da Luta Antimanicomial, submetido a torturas e eletrochoques e autor do livro *Canto dos Malditos* (2004).

No ano de 2001, buscando humanizar o tratamento no Brasil, a *Lei nº 10.216*, também conhecida como *Lei Paulo Delgado*, instituiu um novo modelo de assistência aos portadores de sofrimento mental e a progressiva extinção dos manicômios a partir da criação de novos dispositivos de atenção e tratamento, como os Centros de Atenção Psico-social (CAPS), ambulatórios e hospitais-dia. Esta Lei é constituída nos moldes dos ideais antimanicomiais da Reforma Psiquiátrica, movimento iniciado na Itália por Franco Basaglia.

Foi possível, a partir do texto *O alienista*, compreender conceitos pertinentes à memória coletiva e apreender como as obras literárias podem contribuir para estes estudos.

A obra estudada possui inúmeras características que são referentes à memória social e dá muitos subsídios para entender as relações de poder e se pensar no tratamento oferecido aos psicóticos, questionando-se a segregação e discriminação, e até mesmo àqueles que, não sendo psicóticos também são submetidos a estes tipos de intervenções. Foram pontuadas algumas destas características, consideradas as principais, ou mais evidentes.

Referências

- BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In: *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 13-57.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei nº. 10.216*, de 6 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- BUENO, Austregésilo Carrano. *Canto dos malditos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método (1637)*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ERASMO DE ROTTERDAM. *Elogio da loucura (1509)*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, [200 - ?].
- FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.7-16.
- FOUCAMBERT, Jean. As pessoas dizem “eu sei ler, mas me dá dor de cabeça quando leio por muito tempo”. In: _____. *A leitura em questão*. Tradução Bruno Charles Magno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.14-17.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.79-80.
- KOCH, Ingedore G. V. Aspectos cognitivos do processamento textual. In: *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 35-51.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O alienista (1882). São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MYERS, David G. Memória. In: *Introdução à psicologia geral*. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999. p. 190-215.
- PROENÇA FILHO, Domício. Arte literária, língua e cultura. In: *A linguagem literária*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1997. p.28-35.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- TEIXEIRA, Manoel Olavo. Os primórdios da medicina mental no Brasil e o bruxo do Cosme Velho. *Cadernos IPUB*, Rio de Janeiro, v.6, n. 18, p. 84-101, 2000.

TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário. *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.